



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: CONCÓRDIA DO PARÁ	NO. PROCESSO: 2016.7.000178-9
EDITAL Nº: 002/2015, DE 02 DE JULHO DE 2015	SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
PERÍODO: 29/09 A 01/10/2015	Data Cadastro: 22/01/2016
	CLASSE.....: CORREICAO - ORDINARIA
Juíza Corregedora: DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM	
1. INFORMAÇÕES GERAIS	
1.1 UNIDADE JUDICIAL: VARA ÚNICA DA COMARCA DE CONCÓRDIA DO PARÁ	
1.2 COMPETÊNCIA: VARA ÚNICA	
1.3 MAGISTRADO (A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA	
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: JUIZ TITULAR	
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: A partir de 01/09/2010	
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
2.1 ENDEREÇO: RUA CASTELO BRANCO, Nº 74, CENTRO, CEP: 68670 000 CONCÓRDIA DO PARÁ/PA. (FONE/FAX: (91) 3728 1197).	
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Imóvel próprio do TJ/PA.	
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: Pátio lateral que funciona como depósito de bens apreendidos; 01 sala na lateral direita onde funciona a Defensoria Pública; 02 salas e 01 banheiro onde funciona o Gabinete de Magistrado; 01 sala na entrada onde funciona o Protocolo e Distribuição 01 sala e 01 banheiro onde funciona o Ministério Público Estadual; 01 sala onde funciona a Secretaria Judicial; 01 sala que funciona como arquivo e também como depósito de material de expediente e de bens apreendidos; 02 salas onde ficam bens apreendidos; 01 sala do Oficial de Justiça; 02 banheiros, sendo 01 utilizado pelos jurisdicionados e 01 sendo utilizados pelos servidores; 01 copa.	
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar: O prédio encontra-se em boas condições estruturais, pois foi recentemente reformado. Não dispõe de sala da OAB e nem espaço para as sessões do Tribunal do Júri. As sessões do Júri são realizadas na Câmara Municipal.	
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins	

gam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

Justificar: O serviço é realizado por uma funcionária da empresa terceirizada.		
2.6 MOBILIÁRIO: <input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Boas condições, porém há necessidade de troca de alguns computadores, pois estão defasados.		
2.7 SEGURANÇA: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: A segurança do Fórum é realizada por 02 servidores não efetivos da prefeitura, que trabalham em dias alternados, somente à noite e não utilizam armas. Dispõe de sistema de segurança eletrônica (alarme). Não dispõe de porta com detectores de metal.		
2.8 ACESSIBILIDADE: <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input checked="" type="checkbox"/> Ruim Justificar: O prédio não possui rampa de acesso, nem portas com abertura suficiente que permita entrada de cadeirante.		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim Justificar: Precisa de reforma. Atualmente ocupada pelas Servidoras Adriana Martins Araújo (Assessora de juiz) e Dayse do Socorro Borges Fonseca (Diretora de Secretaria).		
3. MAGISTRADOS		
3.1 MAGISTRADO ATUAL –PERÍODO DE EXERCÍCIO: ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA- período: Desde 01/09/2010.		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Edilene de Jesus Barros Soares - última substituição ocorrida no período de licença saúde do Magistrado titular (28 a 30/09/15) e no período de férias (01 a 30/01/2015).		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Janeiro (Férias), Setembro (licença saúde).		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, Juiz Eleitoral da 87ª Zona Eleitoral.		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: Sim, Semana Nacional do Júri em Março de 2015.		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Como inovação Procedimental, esta Unidade Jurisdicional, prestigiando o princípio da celeridade processual, monitora a data em que o réu, na ação penal, vem ao fórum assinar o livro de registro e faz a citação/intimação em secretaria, favorecendo para a redução do tempo de duração do processo.		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:		
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01 CARLOS MAGNO	2009	2010
02 ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA	2010	Até a presente data

Deus



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):
4.1 GABINETE: Nome: Adriana Martins Araújo Cargo: Assessora de Juiz, exclusivamente comissionada Ato de nomeação: Portaria nº 3217/2015 de 24/07/2015 Ato de lotação: Portaria nº 3217/2015 de 24/07/2015
4.2 SECRETARIA: Nome: Dayse do Socorro Borges Fonseca Cargo: Analista Judiciário (especialidade Direito) exercendo a função de Diretor de Secretaria Ato de nomeação: Portaria nº 2778/2015-GP, de 02/07/2015 Ato de lotação: Portaria nº 1724/2013-GP, de 09/05/2013 Nome: Deysielle Conceição da Silva – CEDIDA PELA PREFEITURA Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedida da Prefeitura Municipal) Ato de nomeação: Portaria nº 312/2013, de 08/05/2013. Nome: Girlane da Silva Dias – CEDIDA PELA PREFEITURA Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedida da Prefeitura Municipal) Nome: Suellen Trindade Lima Cargo: estagiário NÍVEL MÉDIO (CIEE)
4.3. OUTROS SETORES: (Protocolo/Distribuição) Nome: Mary Rubia Correia Pinho Cargo: Auxiliar de Secretaria (cedida da Prefeitura Municipal) Ato de nomeação: Portaria nº 312/2013, de 08/05/2013. Nome: Rebeca Alessandra da Silva Pires Cargo: estagiário NÍVEL MÉDIO (CIEE)
5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA
5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: TATIANA FERREIRA GRANHEN, de 10/2013 até a presente data.
5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Sim, cumula com a Comarca de Castanhal
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: A comarca está sem Defensor Público desde junho/2014.
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Prejudicado
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Prejudicado
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

gan



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

6.1 VEÍCULOS
6.1.1 FROTA: - 01 motocicleta marca Honda modelo CG 150 FAN - Ano: 2010/2011 - 01 automóvel FORD FIESTA 1.6 FLEX 2013/2014 (recebido nesta comarca em 26/11/2013).
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? (X) Sim () Não Justificar: Porém o carro encontra-se atualmente com problemas mecânicos.
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 11 (onze) Tal quantidade é considerada suficiente? Sim, pois foram implantados recentemente vários pontos para suprir a necessidade.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1concordia@tjpa.jus.br Dayse do Socorro Borges Fonseca é responsável por verificar diariamente o e-mail da unidade.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: Os processos cíveis e criminais são separados – há 02 armários para cada –. No cível e no criminal, 01 armário acondiciona os processos que aguardam cumprimento de ato judicial e 01 armário destinado aos processos em que o ato judicial já foi cumprido pela secretaria. Dentro de tais armários, os processos permanecem acondicionados em caixas separadas por tipo de crime, para os criminais, e por classe de ação, para os cíveis. 01 armário é destinado ao acondicionamento das pastas com os diversos documentos expedidos, todas devidamente identificadas (pasta com as certidões de bens apreendidos, inquéritos remetidos à DEPOL, de subcontas abertas, guias de execuções expedidas). Não há pasta para os alvarás de levantamento de valores na secretaria.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar:
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL

Deus



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(X) Sim () Não

Justificar: Todos possuem senha individual.

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: É necessário treinamento de arrecadação para outro servidor; Atualização do CPC;

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

(X) Sim () Não

Justificar: O gabinete controla a pauta de audiências, mas os despachos designando audiências que dependem de intimação por Oficial de Justiça retornam do gabinete sem a data da realização da audiência já fixada (retornam com o campo da data em branco), cabendo à secretaria ou à assessora do Juiz fixá-la. No caso em que não depende da intimação via Oficial de Justiça, o despacho de designação já retorna com a data fixada no corpo do despacho.

A secretaria mantém controle separando os processos que aguardam audiência em caixas próprias, sendo 01 para os que aguardam a data da designação de audiência, 01 para expedição das intimações e 01 para os que já foram realizadas as intimações e estão aguardando o dia da realização da audiência. Em média de 04 dias antes da data da realização da audiência é verificado se existe pendência de retorno de intimações.

São realizadas audiências de segunda a quinta. Em média são realizadas de 03 a 06 audiências por dia.

O gabinete mantém pastas com a agenda de todas as audiências que ocorrerão até o final do ano.

Cada dia é destinado a uma espécie de audiência ou classe processual.

A pauta de audiência está para o dia 21 de outubro de 2015.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(X) Sim () Não

Justificar: Há 52 processos finalizados pendentes de baixa em secretaria, alguns já com a certidão de trânsito em julgado expedida. Outrossim, há outros processos julgados pendentes de cumprimento das diligências para arquivamento, os quais ainda não foram providenciados em razão da falta de oficial de justiça para intimar da sentença.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Diariamente. No dia seguinte ao do cadastro. A Diretora de Secretaria é responsável por fazer a publicação e utiliza a ferramenta do Libra que possibilita a publicação através da resenha do dia.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA

TOTAL GERAL 2013: 1.539

Sentença: 313

Despacho: 441

Decisão interlocutória: 512

Audiências: Marcadas: 44 / Realizadas: 222 / Remarcadas: 00 / Não realizadas: 03 / Total: 269

Tribunal do Júri: Marcados: 01 / Realizados: 03 / Remarcados: 00 / Não realizados: 00 / Total: 04

TOTAL GERAL 2014: 1.713

Sentença: 333

Despacho: 562

Decisão interlocutória: 597

Jan



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

Audiências: Marcadas: 47 / Realizadas: 161 / Remarcadas: 00 / Não realizadas: 06 / Total geral: 214
Tribunal do Júri: Marcados: 00 / Realizados: 07 / Remarcados: 00 / Não realizados: 00 / Total: 07

TOTAL GERAL 2015: 1.883

Sentença: 343

Despacho: 720

Decisão interlocutória: 513

Audiências: Marcadas: 53 / Realizadas: 244 / Remarcadas: 05 / Não realizadas: 03 / Total geral: 305

Tribunal do Júri: Marcados: 01 / Realizados: 01 / Remarcados: 00 / Não realizados: 00 / Total: 02

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CÍVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	114
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	06
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	110
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	00
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	02
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	114
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	446
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	68
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	00
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	15
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	09
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	85
EXECUÇÃO PENAL	08
PENAS (EXCLUÍDOS OS DEMAIS)	38
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRAACIONAL	10
SITUAÇÃO DE RISCO	00
TUTELA	41
GUARDA	18
ADOÇÃO	02
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	03
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	28
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	16
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	02
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	1.311

Camy



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

Feitos com Tramitação Externa	99	
Contagem Física + Tramitação externa	1.410	
ACERVO LIBRA	1429	
SUSPENSOS	58	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar: As rotinas da comarca são feitas de acordo com o Manual de Rotinas.		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2012	555	402
2013	625	313
2014	732	333
2015 (até 28/09)	612	343
9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS: (X) Sim () Não Justificar: Apenas os processos de réus presos (Vermelho) e réus soltos (Verde).		
9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE: (9) INICIAIS; (10) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ (3) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA; (7) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS; (4) IDOSO; (5) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE; (8) AÇÕES DE ALIMENTOS; (2) RÉU PRESO; (6) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA; (1) ALVARÁ DE SOLTURA; (12) POR ORDEM CRONOLÓGICA (11) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO; (13) OUTRO OBSERVAÇÕES:		
9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ		
SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA		X
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		X
INFOJUD		X
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X

[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG		X
CNA-CL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI		X
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA		X
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		X
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim (x) Não Justificar: Observações CJCI: PAD nº 2014.7.001695-4 em face de servidor da Comarca de Acará – em trâmite perante a Comarca de Concórdia do Pará - AUTOS ENCAMINHADOS Á COMARCA DE CONCÓRDIA DO PARÁ EM 16/09/2014 // Sindicância 2014.7.001731-6 - Encaminhamento de autos a comarca de Concórdia do Pará, em 27-03-2015, ofício n °618/2015-CJCI.		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): (Resultado até Novembro/2015) Total de processos da Meta 02: 979; alvo: 783; julgados: 880; corresponde a 89,89%. META CUMPRIDA.		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim.		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): (Resultado até Novembro/2015) Total de processos da Meta 06: 01; alvo: 01; julgados: 01; corresponde a 100%. META CUMPRIDA.		
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Identificado apenas um pedido de antecipação de tutela pendente de apreciação.		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Não (Resultado até Novembro/2015) Total de processos da Meta 02: 979; alvo: 783; julgados: 880; corresponde a 89,89%. META CUMPRIDA.		
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 20 (vinte)		
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 39 (trinta e nove)		
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS:		

guy



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Não, pois a comarca ainda possui mais de 40% de presos provisórios.
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: Observações CJCI: verificar análise processual por amostragem.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Total de processos distribuídos até 31/12/2009: 120; alvo: 96; julgados: 102; corresponde a 85%. META CUMPRIDA.
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 2013: 03 2014: 07 2015: 01
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 03 (três)
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00 (zero)
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00 (zero)
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justificar: *Na análise por amostragem se identificou processo de adolescente internado em Belém, com o prazo de internação provisório extrapolado em 23 de Julho e sem manifestação do Juiz sobre o ofício encaminhado pelo Juízo de Belém noticiando o fato.
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 03 (três) - Liberdade Assistida.
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Justificar: Não há nenhuma entidade executando e fiscalizando o cumprimento da medida, tendo e vista que o Fórum não possui equipe interdisciplinar e os Assistentes Sociais do Município, desde uma

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

ação perante o CNJ, não atuam nas ações judiciais. O único acompanhamento feito pela Unidade Judicial é com a juntada dos relatórios de frequência remetidos pelas escolas.

12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não

12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado

12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Sim, CREAS e o Conselho Tutelar do município.

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL

13.1 EXISTEM PROCESSOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE?

(X) Sim () Não

Justificar: Há 04 processos aguardando a expedição da guia, todavia, em nenhum destes casos houve o trânsito em julgado, está pendente a intimação da sentença. A secretaria mantém uma pasta com os e-mails enviados a SUSIPE, através dos quais solicita a informação do local onde o preso está custodiado, tendo em vista que apesar da Polícia noticiar o cumprimento do mandado de prisão e o local do encarceramento, não será necessariamente neste que o preso permanecerá, razão pela qual é enviado e-mail à Divisão de Cadastro Leal- DCL/SUSIPE (e-mail: necdcl@webmail.susipe.pa.gov.br) solicitando a informação.

13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR?

(X) Sim () Não

Justificar: Há 08 condenados cumprindo medidas alternativas e prisão domiciliar. A secretaria nunca foi orientada a emitir tal atestado.

13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A Apreciação DE PEDIDO DE BENEFÍCIO?

() Sim (X) Não

Justificar: Quando há pedido de benefício, são imediatamente encaminhados ao Juiz para apreciação.

13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?

(X) Sim () Não

Justificar: Não há equipe profissional. O único controle mantido pela secretaria é a frequência dos apenados (livro de frequência). As frequências não são anexadas aos autos e não há a certificação do comparecimento.

13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim, DEPOL.

13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não

13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensal

13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não

14 PRECATÓRIAS

14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 30 (trinta)

Qany



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 16 (dezesesseis)
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 54 (cinquenta e quatro) *Tal contingente não é preciso, pois foi retirado a partir da análise da pasta das cartas precatórias expedidas no ano de 2015. Os ofícios dos anos anteriores foram arquivados e a secretaria não mantém os processos que aguardam devolução de carta precatória acondicionados em local próprio. Não utiliza mecanismo de controle desse quantitativo.
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta de controle de prazo. O controle mantido pela secretaria é armazenando os ofícios das cartas precatórias expedidas. Os processos que aguardam devolução de carta precatória não permanecem em local específico, tendo em vista que são acondicionados em caixas separados por classe processual. A cobrança é feita esporadicamente, só é realizada regularmente nos processos de réus presos e nos que aguardam audiência. A cobrança é feita através de ofício remetido por e-mail. Sempre é dado prioridade às cartas precatórias recebidas de outra comarca para cumprimento. Atualmente como não há Oficial de Justiça na comarca, são devolvidas assim que recebidas por e-mail, com a informação de que não há Oficial para cumprir.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00 (zero)
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 41 (quarenta e um)
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 06 (seis)
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 02 iniciais cíveis (01 com pedido liminar) 02 TCO'S 01 Inquérito
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 02, sendo 01 inicial de ato infracional e 01 ação penal. Sem incluir as 02 iniciais acima relacionadas, pendentes de autuação e registro.
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00 (zero)
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 47 (quarenta e seis) *A secretaria não está mantendo controle das petições pendentes de juntada, pois deixou a cargo do setor de protocolo/distribuição a juntada. A diretora de secretaria não tinha conhecimento da quantidade de petições pendentes de juntada. O dado foi extraído pela equipe de correição, que realizou a contagem e a análise por amostragem.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 47 (quarenta e seis), que são as pendentes de juntada.
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 47 (quarenta e seis), que são as pendentes de juntada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 177 (cento e setenta e sete)		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 29 (vinte e nove)		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 02 (duas) iniciais		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00 (zero)		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 00 (zero)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA: Prejudicado, não há oficial de justiça desde junho/2015. No sistema Libra não consta mandado pendente de devolução. Há inúmeros mandados expedidos, mas pendentes de distribuição, aguardando os Oficiais recentemente nomeados pelo Tribunal.		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
x	X	x
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (x) Não Justificar: Não há ferramenta para controle do prazo. O único controle feito pela secretaria é através da impressão do relatório de distribuição extraído do Libra, no qual o recebimento é assinado e datado pelo oficial de justiça. A cobrança é feita esporadicamente conforme a realização da audiência e cobrança das partes. Os processos que aguardam devolução de mandado não permanecem em local específico, tendo em vista que são acondicionados em caixas separados por classe processual.		
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:		
	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	29	08/05/2013
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	05	09/09/2015
17.7.3 ADVOGADO	18	15/10/2013
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? () Sim (X) Não Justificar: Não é utilizada nenhuma ferramenta para controle de prazo. Há controle da saída dos processos da secretaria, mediante impressão do relatório de tramitação externa extraído do sistema libra, no qual o recebimento é assinado e datado. A cobrança é feita esporadicamente, através de ofício e publicação no DJE.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (X) Sim () Não Justificar: Porém, somente no sistema LIBRA.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?		

Qury



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

<p>() Sim (X) Não Justificar: Os bens apreendidos são guardados junto com os processos arquivados. Alguns bens permanecem no pátio externo do Fórum.</p>
<p>18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS: Há dinheiro em espécie apreendido, antes não era aberta a subconta. A secretaria está regularizando tal situação aos poucos, pois havia muitas quantias em dinheiro pendente de abertura da subconta. Relação em anexo.</p>
<p>18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (X) Sim () Não Justificar: Costuma-se acumular 05 armas para que façamos a solicitação de recolhimento. Atualmente há 06 armas de fogo pendentes de recolhimento, mas foi recentemente solicitado o recolhimento.</p>
<p>18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? () Sim (X) Não Justificar:</p>
<p>19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS</p>
<p>19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não</p>
<p>19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (X) Não Justificar:</p>
<p>19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? (X) Sim () Não Dayse do Socorro Borges Fonseca</p>
<p>19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:</p>
<p>19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar: Porém, ainda há finalizações das custas após sentença.</p>

Day



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:
Não foram apresentadas considerações.
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:
Não foram apresentadas considerações.
22 CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CICI:
<p>A comarca de Concórdia do Pará compõe a 2ª Região Judiciária, que tem sede em Tomé-Açu. Conta com um acervo de 1.429 processos, segundo informações do Sistema Libra. São necessárias as seguintes considerações por parte desta Corregedoria:</p> <ol style="list-style-type: none">1. O prédio onde se localiza o Fórum, apesar de ter sido reformado recentemente, não preenche os requisitos de acessibilidade (item 2.8). Necessita de adaptações para atender aos portadores de necessidades especiais. De igual forma, a estrutura física necessita de readequação uma vez que não existe sala da OAB e as sessões do Tribunal do Júri são realizadas na Câmara Municipal. Ainda, não há local adequado para armazenamento de bens apreendidos e a residência oficial precisa de reforma. Providência – Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Secretaria de Engenharia para que seja verificada a possibilidade de efetuar as reformas no Fórum e as adaptações acima identificadas visando atender as necessidades do Fórum da Comarca de Concórdia do Pará.2. A Comarca de Concórdia do Pará possui quadro funcional que se mostra insuficiente para o atendimento da diversidade de matérias que se encontram sob a competência da Vara, bem como da demanda de processos da Serventia. Há necessidade de capacitação e qualificação de servidores objetivando a eficácia das rotinas da secretaria judicial. Providência: 1 - Oficiar a Presidência e a Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de que seja avaliada a possibilidade da lotação/nomeação de servidores (analistas e auxiliares) para composição do quadro efetivo. 2 - Oficiar a Presidência solicitando que, em parceria com a Escola Superior da Magistratura, seja realizado curso, sob a modalidade “à distância”, de atualização no novo CPC, gestão de secretaria e outros que contribuam para o aprimoramento da atividade judicial.3. Foi identificado que inexistia designação de Defensor Público para atuar na Comarca desde junho/2014, o que prejudica sobremaneira as atividades judiciais (item 5.2). Providência: Oficiar ao Defensor Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará solicitando a designação de Defensor Público para atuar na comarca, ainda que em caráter itinerante.4. Nos anos de 2013, 2014 e 2015 (até onde foi possível levantar dados), a Vara não registrou o cumprimento da Meta 01/2015-CNJ. Registra o cumprimento das Metas 2, 4 e 6/CNJ, bem como a Meta 4 Enasp. Providência: Recomendar ao Magistrado titular da Vara que envide esforços para cumprimento da Meta 1 do CNJ, ao tempo que também deve ser parabenizado pelo cumprimento das Metas 2, 4 e 6 do CNJ e Meta 4 do Enasp.5. Uma servidora foi designada para acessar o email 1concordia@tjpa.jus.br diariamente. Entretanto, verifica-se que a comarca de Concórdia do Pará também possui o endereço de e-

OCM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

mail tjepa105@tjpa.jus.br.

Providência: O magistrado deve avaliar a conveniência da mesma servidora que acessa a caixa mais utilizada diariamente, também acessar o outro endereço de email, uma vez que mensagens enviadas à comarca podem permanecer aguardando resposta.

6. Identificou-se que a unidade judicial não alimenta os sistemas do Conselho Nacional de Justiça, conforme item 9.4.

Providência: Recomendar ao Magistrado e a Diretora de Secretaria que procedam mensalmente à alimentação dos sistemas do CNJ, vez que são ferramentas de controle e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela unidade. Para eventuais dúvidas, entrar em contato com o servidor desta CJCI, Sr. Jacivaldo Amaral, pelo telefone (91) 3205-3523 e pelo e-mail jacivaldo.amaral@tjpa.jus.br.

7. Foram identificados processos em que a contestação foi encaminhada à Comarca por e-mail e foi juntada aos autos sem etiqueta de protocolo e não foi apresentada a petição original. Não cumprimento da Lei nº 9800/99.

Providência: Deve o Magistrado orientar os servidores do protocolo acerca do recebimento de petições por email a fim de que seja cumprido o disposto na Lei nº 9800/99.

8. Em relação às Cartas Precatórias, em todas as analisadas constam determinação de devolução aos juízos deprecantes em razão de não existir Oficial de Justiça na comarca. Durante o período de correição, foram nomeados pela Presidência dois Oficiais de Justiça. Assim, foi determinado na ocasião, que as deprecatas permanecessem em Secretaria até a chegada dos meirinhos para dar-lhes cumprimento.

9. Verificou-se que, em vários despachos, as datas de audiência a serem designadas estão em branco.

Providência: Esta não é uma prática recomendada. Orienta-se ao Magistrado efetuar controle para que os processos sejam tramitados do gabinete para a Secretaria já com a data de audiência constante do despacho.

10. Nos processos referentes à Execução Penal, a secretaria não certifica o comparecimento mensal do apenado, nos casos de livramento condicional, prisão domiciliar ou pena restritiva de direitos. Não consta nos autos informação de cumprimento das condições determinadas pelo Juiz.

Providência: Determinar que a Secretaria passe a certificar nos respectivos autos o comparecimento mensal do apenado, devendo, ainda, certificar acerca dos comparecimentos pretéritos.

11. Na análise por amostragem, identificou-se o processo 0000570-73.2015.814.0105 de adolescente internado em Belém, com o prazo de internação provisório extrapolado em 23 de Julho e sem manifestação do Juiz sobre o ofício encaminhado pelo Juízo de Belém noticiando o fato. A Diretora de Secretaria informou que o adolescente foi liberado pelo Juízo da 2ª Vara da Infância em Belém.

Ainda com relação aos procedimentos da infância e juventude, identificou-se que a Comarca não utiliza os cadastros do CNJ.

Providência: Recomendar ao Magistrado que observe com excessiva cautela os prazos referentes à internação provisória de adolescentes em conflito com a lei. Deverá, ainda, promover a alimentação dos cadastros do CNJ

12. Secretaria Judicial:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

Foram identificados em Secretaria vários processos pendentes de cumprimento de decisão judicial: 177 há mais de cem dias e 29 há menos de cem dias.

Muitos mandados foram juntados aos autos sem a aposição do respectivo carimbo. Lembrando que esse registro é fundamental para contagem de prazos.

Foram encontrados muitos processos sentenciados misturados com processos em andamento, pendentes, ainda, de cumprimento e baixa.

Existem processos de execução sem atestado de pena a cumprir.

Também se verificou que os processos de adolescentes internados não possuíam nenhuma identificação que facilitasse sua localização em secretaria.

Existiam, na ocasião da correição, 47 petições interlocutórias para juntada, das quais a Diretora de Secretaria não tinha controle, visto que a juntada é feita no Setor de Protocolo. A contagem das petições foi feita pela equipe de correição.

A Secretaria registra processos com carga ao Ministério Público, Defensoria Pública e Advogados com prazos extrapolados e não há nenhum controle eficiente e sistemático dessas retiradas. A cobrança é feita esporadicamente, via publicação no DJ. Também não era utilizada nenhuma ferramenta de cobrança de mandados expedidos e distribuídos aos Oficiais de Justiça.

Do mesmo modo, não há controle do número de Cartas Precatórias expedidas, nem cobrança de devolução delas aos juízos deprecados. Foram encontrados autos de CP pendentes de despacho do Magistrado.

Providência: Determinar à Diretora de Secretaria que:

- 1 - Identifique e promova a respectiva baixa no sistema dos processos que já se encontram arquivados e que podem estar gerando a diferença no quantitativo de processos físicos e cadastrados no sistema;
- 2 – Promova a juntada de todas das petições intermediárias aos respectivos autos dos processos, inclusive aquelas recebidas por e-mail, devendo informar a esse Órgão Correicional, no prazo de 60 (sessenta) dias, quais providências foram adotadas para sanar a irregularidade apontada. Inclusive, transferindo para a Secretaria a juntada de petições. Esta diligência não é de responsabilidade do protocolo;
- 3 - Promova a movimentação de todos os processos que se encontram paralisados por falta de cumprimento de ato judicial, devendo informar a esse Órgão Correicional, no prazo de 60 (sessenta) dias, quais providências foram adotadas para sanar a irregularidade apontada;
- 4 – Promova a cobrança dos mandados e processos com carga (MP, DP e Advogados) que se encontram com prazo extrapolado, devendo, ainda, adotar regular metodologia de controle de prazo e de cobrança dos mandados/processos. Nesse sentido, recomenda-se a utilização de ferramenta disponível no sistema LIBRA para controle/alerta de prazos.
- 5 – Promova a baixa no sistema dos processos que se encontram finalizados e providencie o cumprimento da sentença, cobrar as custas, e proceda o devido arquivamento.
- 6- Passe a Secretaria efetuar controle efetivo das Cartas Precatórias expedidas e de seu retorno, com a respectiva cobrança à comarca deprecata quando registrar prazo extrapolado. Também se recomenda, para tanto, a utilização da ferramenta “controle de prazos” disponível



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CONCÓRDIA DO PARÁ

no Libra.

7- Passe a identificar por cores os processos das metas e as prioridades legais, a fim de serem melhor localizados.

8- Deve, também a Diretora de Secretaria promover o cadastro de todos os bens apreendidos, tanto no sistema Libra quanto nos sistemas do CNJ, ficando assinalado o prazo de 90 (noventa) dias para que seja promovido o cadastro de todos os bens que se encontram na unidade judicial nesta condição.

9 – A conclusão e juntada devem ser feitas com o respectivo registro, conforme determina o Manual de Rotinas.

10 - Mantenha o acompanhamento da pena restritiva de liberdade.

11- Todos os processos pendentes de apreciação judicial devem ser conclusos ao gabinete imediatamente.

12 – Promova a abertura de subconta judicial para depósitos judiciais e promova o controle das contas sem movimentação, tudo através do SDJ – Sistema de Depósitos Judiciais.

Anexo relação dos processos analisados por amostragem.

DANIELLE DE CÁSSIA SILVEIRA BÜHRNHEIM
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior